



**DESAFIOS EM RELAÇÃO À DIVERSIDADE FRENTE ÀS
DESIGUALDADES E EXCLUSÃO NO COTIDIANO DAS ESCOLAS**

**RETOS EN RELACIÓN A LA DIVERSIDAD ANTE LAS
DESIGUALDADES Y LA EXCLUSIÓN EN EL COTIDIANO DE LAS ESCUELAS**

**CHALLENGES IN RELATION TO DIVERSITY IN THE FACE OF
INEQUALITIES AND EXCLUSION IN THE DAILY LIFE OF SCHOOLS**

Luciano Borges Muniz¹

RESUMO: Este artigo objetiva analisar se a existência de relações sociais que apresentam manifestações de discriminação e exclusão dentro de escolas públicas e privadas em uma cidade no Centro Oeste de Minas Gerais, se relaciona com a maneira como a diversidade é percebida e tratada nos contextos escolares pesquisados. A pesquisa busca responder se a maneira como a questão das diversidades é abordada pelas escolas, guarda relação com a existência de práticas discriminatória e de exclusão social em seus espaços. Por meio da abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com dez grupos de alunos do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas do município. Os grupos contaram com oito jovens em média em cada um deles. Os achados apontam para uma relação direta entre a forma como as escolas percebem e trabalham com as questões das diversidades e a existência de manifestações de preconceito e discriminação em seus contextos.

Palavras- Chaves: Escola – Diversidades- Desigualdades – Exclusão.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar si la existencia de relaciones sociales que presentan manifestaciones de discriminación y exclusión dentro de las escuelas públicas y privadas de una ciudad del Medio Oeste de Minas Gerais, está relacionada con la forma en que la diversidad es percibida y tratada en los contextos escolares. investigado La investigación busca responder si la forma en que las escuelas abordan el tema de las diversidades está relacionada con la existencia de prácticas discriminatorias y de exclusión social en sus espacios. A través de un enfoque cualitativo, se realizaron entrevistas a diez grupos de estudiantes de secundaria de escuelas públicas y privadas de la ciudad. Los grupos tenían un promedio de ocho

¹ Doutorando em Ciências Sociais - Bolsista CAPES - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - PUC/Minas - Belo Horizonte - Brasil. Mestre em Ciências Sociais pela PUC/Minas. Docente da Faculdade Famart.

jóvenes en cada uno. Los hallazgos apuntan a una relación directa entre la forma en que las escuelas perciben y trabajan los temas de diversidad y la existencia de manifestaciones de prejuicio y discriminación en sus contextos.

Palabras clave: Escuela – Diversidad – Desigualdades – Exclusión.

ABSTRACT: This article aims to analyze whether the existence of social relations that present manifestations of discrimination and exclusion within public and private schools in a city in the Midwest of Minas Gerais, is related to the way in which diversity is perceived and treated in school contexts. researched. The research seeks to answer whether the way in which the issue of diversities is addressed by schools is related to the existence of discriminatory practices and social exclusion in their spaces. Through a qualitative approach, interviews were carried out with ten groups of high school students from public and private schools in the city. The groups had an average of eight young people in each one. The findings point to a direct relationship between the way schools perceive and work with issues of diversity and the existence of manifestations of prejudice and discrimination in their contexts.

Keywords: School – Diversity- Inequalities – Exclusion.

Introdução

Situações de exclusão e discriminação estão presentes no cotidiano de várias escolas brasileiras, como atestam muitas pesquisas feitas nos últimos anos em nosso país. Nesse sentido, merece destaque a pesquisa realizada em 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo – USP. Baseando-se nas proporções de sua abrangência, esse estudo sugeriu ser generalizado entre as escolas públicas brasileiras, categoria onde se encontra a grande maioria das nossas instituições de ensino, ações discriminatórias relacionadas à questões étnicas, de gênero, socioeconômicas, entre outras.

Outro estudo mais recente, apresentado pelo UNICEF sobre a realidade escolar brasileira, denominado “Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar”², realizado nos anos de 2020 e 2021, mostra a permanência desse cenário de exclusão e evidencia o quanto ele tem sido desfavorável a tipos específicos de adolescentes e jovens. Esse estudo demonstra que as escolas brasileiras têm permitido e por vezes colaborado com processos de exclusão de indivíduos que já enfrentam algum grau de vulnerabilidade em suas trajetórias sociais. Negros, indígenas, deficientes, alunos com distorção na

² Para saber mais sobre o estudo e seus resultados, consultar:

<https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>

idade/série escolar, alunos pobres, estão entre os mais afetados, segundo o estudo. Estabelecendo reflexões sobre essa realidade, o mesmo estudo sugere a necessidade de uma mudança nos currículos escolares, nos processos de aprendizagem e nos cotidianos da escola, transformando o espaço escola em um lugar inclusivo. Essa mudança é tida como essencial para que os jovens percorram trajetórias escolares de sucesso, superando assim o que o estudo denomina de cultura do fracasso escolar.

Diante desse cenário, este estudo objetiva mostrar que a forma como a comunidade escolar trata as diversidades em seus contextos é um dos elementos centrais para se entender as relações sociais marcadas por manifestações de preconceito e discriminação de indivíduos ou grupos de indivíduos nos espaços e atividades que envolvem a comunidade escolar. Pode-se dizer que de forma mais propositiva, o artigo busca mostrar a necessidade que profissionais que atuam nas escolas sejam capazes de perceber e combater os casos em que não haja igualdade de tratamento entre as pessoas por razão de alguma diferença entre os indivíduos. Procura ainda demonstrar que se faz necessário o desenvolvimento de estudos que problematizem e analisem as relações entre exclusão nas escolas e as possibilidades e responsabilidades da atuação pedagógica, colocando a temática das diversidades no centro das discussões.

A primeira parte do artigo discute as tensões entre a formação e, principalmente, entre a prática docente e a diversidade cada vez mais presente na escola. Tomando a diversidade como aspecto que questiona e exige novas posturas e abordagens por parte de professores e demais profissionais da educação, o artigo demonstra que há uma tendência na escola a perceber a diversidade como algo inadequado e incômodo. Na sequência, o artigo apresenta as motivações da pesquisa e os métodos utilizados no trabalho de investigação empírica realizada por meio de entrevistas em grupo com alunos do Ensino Médio em quatro escolas, buscando evidenciar a percepção dos jovens sobre o cenário escolar em que estão inseridos nos aspectos que interessam a este estudo. Em sua última parte, o trabalho apresenta a análise dos dados coletados, onde, por meio das falas dos alunos, confirma a existência de contextos e relações sociais de exclusão e discriminação nos espaços escolares investigados e nos permite estabelecer a relação entre esse cenário e a forma como as escolas tem tratado o tema das diversidades.

O lugar das diversidades nos contextos escolares

Vivemos um momento em que a diversidade questiona, provoca e interroga a prática docente de maneira consistente e constante. As salas de aula, como em nenhum outro momento, apresentam pessoas dos mais variados tipos que não apenas estão ali, mas que querem ser vistas e reconhecidas da maneira como são, da maneira como se reconhecem e se apresentam socialmente. Este desejo e necessidade de afirmação identitária dos jovens quase sempre contrasta com a falta de espaço dado a eles pelos profissionais da educação que não se sentem preparados para lidar com esta nova realidade, nem tampouco para falar sobre ela com aqueles que são os mais interessados na discussão. Em outros casos, o desejo de afirmação identitária de muitos indivíduos entra em conflito com a ideia arraigada no pensamento de várias pessoas que atuam na educação de que a sala de aula não é lugar apropriado para discutir tais ideias e propor reflexões nesse sentido.

Na escola, alguns grupos e indivíduos se mostram mais e também exigem mais daqueles que fazem parte do seu círculo social, para que os aceitem e respeitem suas identidades, enquanto que outros, na direção contrária, ainda não encontraram meios e métodos para fazer o mesmo e preferem chamar o mínimo de atenção possível. Em ambos os casos, a situação desafia os(as) professores(as) e pedagogos(as) que precisam de alguma forma possibilitar a esses indivíduos espaço na escola e nas relações sociais que nela se estabelecem para que suas identidades sejam evidenciadas e respeitadas.

Partindo do pressuposto que a escola reproduz as estruturas sociais, conforme Bourdieu (1975), e ao mesmo tempo tem o poder de transformação da sociedade, é necessário que a questão da exclusão étnico-racial, de gênero, econômica, tipos de exclusão de interesse deste estudo, ou de qualquer outro tipo, seja tema constante nas salas de aula, para que possamos experimentar uma sociedade mais adequada aos mais diferentes grupos sociais que dela fazem parte na contemporaneidade.

No entanto, tratar da diversidade na escola tem sido um desafio, uma vez que a diversidade nem sempre é vista de forma positiva pelos próprios educadores. Observa-se que além da diversidade não ser assunto presente no ambiente escolar de forma efetiva, quando é discutida ou abordada, nem sempre é por iniciativa dos profissionais da educação, mas, ao contrário disso, é tratada a partir de iniciativas dos próprios indivíduos que compõem grupos sociais diversos e que trazem suas representações para dentro da escola.

Conforme aponta GOMES (2005), muitos profissionais da educação ainda norteiam sua prática profissional na ideia de que o trabalho com o tema exclusão não é tarefa da educação. O que se pensa é que o tema é apropriado apenas para militantes políticos e profissionais da área das ciências sociais e humanas. Nesse sentido, a escola não é vista pelos profissionais que dela fazem parte como instituição competente para discutir temáticas que se refiram ao processo de formação humana naquelas áreas que extrapolam os conteúdos acadêmicos específicos de cada área ou disciplina escolar.

Em função do panorama descrito, existe uma preocupação crescente com a “formação” dos profissionais da educação para que sejam capacitados a atuar em qualquer escola, com qualquer público e que saibam fazer com que a diversidade, que será encontrada nas salas de aula, seja potencializada para se tornar um elemento estratégico no processo ensino-aprendizagem e, principalmente, no processo de conhecimento e desenvolvimento pessoal dos jovens brasileiros em idade escolar.

Essa proposta claramente leva em conta que, para sua efetivação, se faz necessário o questionamento de paradigmas e de ideias sobre os indivíduos e sobre qual é a função do(a) professor(a), do(a) pedagogo(a) e dos demais profissionais da educação no processo de escolarização dos seus mais diversos tipos de alunos (ARROYO, 2008). Embora o caminho a percorrer pareça ser bem claro, existe uma série de elementos que dificultam o alcance das novas propostas. Por essa razão, se torna urgente reeducar os olhares dos profissionais da educação sobre a diversidade para que seja combatida a tendência do olhar generalista que deseja um protótipo padrão de aluno dentro do modelo que historicamente se formou no imaginário dos educadores.

Para Arroyo (2008) é necessário modificar os olhares e as representações sobre a diversidade nos programas de formação de professores(as) e pedagogos(as), para que dessa maneira se perceba a construção histórica sobre a diversidade que fez com que as muitas diferenças entre os indivíduos fossem classificadas hierarquicamente como desigualdades. Enquanto essa desconstrução não acontecer os próprios profissionais da educação correm o risco de serem reprodutores e colaboradores das desigualdades dentro de sala de aula e em outros espaços nos ambientes escolares.

Não nos resta dúvida que para haver uma alteração da realidade social excludente que tem colaborado para subordinar indivíduos a um modelo tido como sendo o ideal de existir, que engloba aspecto físico, padrões sociais de pensamentos e comportamentos, será necessário o trabalho formativo de professores(as). Destarte, daremos um grande passo no trabalho de combate às manifestações de exclusão social

de qualquer tipo, se conseguirmos garantir a presença de forma efetiva de conteúdos que abordem e problematizem os temas relacionados à exclusão nos cursos superiores de licenciatura. No entanto, sem a adoção de práticas concretas, em que os futuros profissionais da educação possam vivenciar experiências de identificação e intervenção em casos de exclusão em meio às atividades escolares, não haverá mudança significativa de comportamentos e valores naqueles meios onde as relações de exclusão e discriminação ocorrem. (GOMES, 2005).

Sem mudança de valores não há transformação cultural. A existência de padrões de comportamentos marcados pela discriminação ainda é uma realidade social relevante. Essas permanências mostram que os desafios ainda são grandes para transformar a escola em um lugar mais humano, respeitoso e que consiga acolher e despertar os potenciais dos diferentes tipos de indivíduos que a compõem. Dessa forma, a escola estaria cumprindo uma de suas funções sociais primordiais. (SOUZA, 2008).

De acordo com Escobar e Bonetti (2009) desde a década de 1960 a academia já vem produzindo estudos e pesquisas sobre a maneira com que grupos excluídos participam da escola. Valendo-se das reflexões iniciadas por Bourdieu (1975) sobre as funções escolares relacionadas à reprodução das desigualdades sociais, os autores sugerem que a preocupação com os indivíduos que não se enquadram no padrão de normalidade e no modelo ideal de aluno, surge na segunda metade do século XX, período em que a ideia de que a escola reproduz as desigualdades sociais ganha força e aceitação entre os pesquisadores das áreas que se relacionam com os estudos da escola como instituição social.

De forma contraditória, a escola, instituição social com grande potencial para colaborar com a diminuição das desigualdades sociais, estaria seguindo um caminho inverso e colaborado para amplia-las. As pesquisas que se dedicam a observar a relação entre desigualdades e escola tem apontando que desde que as pessoas foram sendo inseridas no sistema de educação formalizado, as diferenças sociais aumentaram. (ESCOBAR; BONETTI, 2009). O que se percebe é que a própria escola cria mecanismos de exclusão mesmo quando tenta tratar desse problema. A escola faz isso, por exemplo, quando homogeneiza os indivíduos excluídos por alguma razão, como se todos os elementos de exclusão tivessem que ser tratados da mesma forma. Além disso, a escola tem colaborado para fortalecer a cultura da culpabilização do indivíduo pela não adequação ao ambiente escolar ou fracasso acadêmico. E de forma ainda mais preocupante, a escola tem permitido a existência de silêncios em seus contextos. A

tendência ao silenciamento frente a temas e eventos que deveriam ser exaustivamente expostos e tratados nos ambientes escolares colaboram para a formação de uma cultura do silêncio no cotidiano escolar. Esse aspecto será retomado mais adiante no artigo.

Por que e como pesquisar manifestações de discriminação e exclusão na escola – Procedimentos metodológicos

No ano de 2009, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP, realizou uma importante e abrangente pesquisa em âmbito nacional sobre ações discriminatórias em âmbito escolar. O estudo teve como objetivo geral identificar e analisar as situações de discriminação no ambiente escolar e suas influências nas trajetórias e desempenho escolar dos indivíduos envolvidos com a pesquisa. (MAZZON, 2009).

Realizado em várias escolas públicas nas diferentes regiões do território brasileiro, o estudo, em suas conclusões, aponta que a discriminação e o preconceito são generalizados nos ambientes escolares. A discriminação aparece vinculada a vários grupos sociais que são discriminados por diversas razões, como, cor de pele, orientação sexual, condição socioeconômica, questões de gênero, necessidades especiais, questões geracionais e territoriais.

Pela abrangência do estudo fica claro que o problema em questão não é localizado. Trata-se de uma realidade que se repete em diversos lugares e momentos diferentes nas escolas de nosso país. Essa percepção fomentou nosso trabalho e despertou o desejo de analisar o ambiente escolar da cidade de Itaúna no estado de Minas Gerais, a fim de verificar se essa realidade também existe nas escolas da cidade e em que grau as manifestações de discriminação se apresentam. Objetivamos também avançar na análise e tentar compreender se as manifestações de discriminação e exclusão se relacionam com a maneira com que a escola trata o tema das diversidades e como lida com os casos concretos de discriminação que ocorrem dentro dos seus muros.

Para além das pretensões acadêmicas de investigação, este estudo também foi elaborado na perspectiva de associar ensino e pesquisa, visando oferecer às alunas de pedagogia de uma instituição de ensino superior da cidade de Itaúna, a oportunidade de contato com o tema das diversidades no ambiente escolar. Nesta perspectiva, o trabalho de pesquisa desenvolvido teve uma dupla pretensão, almejou resultados teóricos que possam subsidiar a reflexão acadêmica, bem como servir de base para novos

questionamentos e pesquisas e ao mesmo tempo, colaborou para que os envolvidos tivessem contato com alunos que vivenciam em seus ambientes escolares situações de discriminação e/ou exclusão.

O trabalho de pesquisa desse estudo ocorreu combinando momentos de formação teórica para a equipe de pesquisa e trabalho de campo realizado em quatro escolas da cidade de Itaúna. Duas escolas públicas e duas particulares. Escolhemos trabalhar com escolas que tivessem grande número de alunos dentro de cada categoria (pública e privada) em comparação com as outras escolas da cidade. Nosso objetivo com esse critério foi trabalhar com um universo mais amplo para conseguirmos acessar um maior número possível de situações e percepções dos jovens envolvidos com as situações que se desenvolvem nas escolas. A opção de pesquisarmos em escolas públicas e privadas se deu em função do desejo de observarmos, em uma proposta comparativa, se existiam diferenças significativas entre essas duas realidades no que se refere às manifestações de relações de exclusão e discriminação e a forma como as escolas lidam com elas.

Para a realização dessa pesquisa optamos pelo uso da metodologia qualitativa. Pois como sugerido por Minayo, “a pesquisa qualitativa torna-se importante para compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos.” (MINAYO, 1994, p. 134). Como o objetivo central desse trabalho foi compreender as percepções dos jovens sobre as relações sociais de exclusão, suas causas e efeitos dentro das escolas, avaliamos que esse procedimento metodológico era o mais apropriado nesse caso.

Para o trabalho de campo recorreremos ao uso de entrevistas semi-estruturadas e da observação direta. A princípio optamos por escolher os sujeitos da pesquisa através de sorteio aleatório a partir das listas de chamadas de alunos de turmas do Ensino Médio, segundo a indicação do setor pedagógico de cada escola. No entanto, não foi possível a realização da pesquisa com todos os jovens sorteados, já que muitos deles não demonstraram interesse em participar da pesquisa após ouvirem as informações referentes a ela. Em função dessa dificuldade alteramos nosso critério de escolha e passamos a contar com jovens voluntários que após ouvirem as explicações sobre o tema abordado na pesquisa em sala de aula, se candidatavam à participação voluntariamente. A partir da manifestação, fazíamos uma seleção aleatória dentre eles e os direcionávamos para os lugares em que aconteciam as entrevistas.

Inicialmente estava previsto trabalharmos com 12 grupos de 8 jovens cada. Faríamos entrevistas com três grupos em cada uma das quatro escolas participantes da pesquisa. Conseguimos realizar 10 (dez) dos 12 (doze) grupos de entrevistas previstos, em função de alguns fatores, como o tempo de realização de algumas das entrevistas terem ultrapassado o tempo previsto, o que tornou inviável a realização de outras após o seu término. No entanto, quatro grupos se formaram com mais de oito pessoas, já que os pesquisadores identificaram mais que oito jovens em algumas turmas que se mostraram interessados e muito dispostos a participarem das entrevistas.

Cada grupo contou com a presença do coordenador da pesquisa e com, ao menos, três integrantes da equipe que trabalharam com as gravações dos áudios, registros de informações que eram ouvidas ou percebidas durante a realização dos trabalhos e também com inúmeras intervenções e questionamentos aos jovens participantes. O trabalho de campo nos possibilitou compreender uma série de aspectos relevantes que colaboraram para o entendimento das situações e tensões presentes em meio ao convívio dos jovens na escola que serão apresentados a partir daqui.

Escola, diversidade e exclusão nas trajetórias escolares dos jovens

O trabalho de investigação permitiu confirmar a existência da percepção consensual entre os jovens de que a escola é um ambiente que convive cotidianamente com a discriminação e com a exclusão. Permitiu também a identificação de uma “cultura do silêncio” dentro das escolas, no que se refere aos casos de discriminação e exclusão ocorridos dentro de seus muros. Os sujeitos participantes deste estudo, sejam da escola pública ou privada, afirmaram enfaticamente que casos de discriminação e exclusão são muito comuns entre os jovens em idade escolar. Apontaram que as relações sociais que excluem certos indivíduos enquanto são jovens, ocorrem tanto fora, quanto dentro da escola e que muitas vezes a exclusão se inicia na própria escola e se estende para fora dela. Mostraram ainda, que faz parte do cotidiano escolar o uso de falas preconceituosas direcionadas a determinados indivíduos, tanto de forma explícita, quanto de forma implícita, através do uso de falas e comportamentos disfarçados sob o pretexto da brincadeira.

As entrevistas indicaram que embora essas situações sejam bastante comuns dentro das escolas, a postura mais frequente por parte da escola tem sido a omissão. Nesses casos, nem os alunos vítimas desse tipo de tratamento, nem tampouco os outros

indivíduos que não estão envolvidos com a situação, mas que a presenciam, tomam providências para tentar alterar essa realidade.

Os jovens explicam que a omissão ou postura de passividade frente a esses casos ocorre por razão do receio de que a denúncia possa gerar para o jovem vítima de preconceito ainda mais exclusão e rejeição frente aos outros alunos da escola. Dessa forma, percebe-se que entre os jovens, a postura que tem sido mais comum frente aos casos de exclusão e discriminação é a indiferença e o silêncio, sejam eles os envolvidos ou seus pares.

Diante desse quadro pode-se dizer que a existência da postura omissa e silenciosa está vinculada, em certa medida, à imagem que os estudantes tem de suas escolas e do grupo de pessoas que nela trabalham em relação à incapacidade e desinteresse em se posicionarem para resolver as questões de discriminação. Na fala dos jovens encontra-se a ideia de incapacidade ou desinteresse em resolver esses problemas por parte das escolas e isso, junto ao medo de rejeição por parte dos colegas, justificaria a postura omissa deles.

A decisão dos jovens de não levarem ao conhecimento dos profissionais da escola, impacta negativamente no trabalho pedagógico das escolas no que se refere ao trabalho que deveria ser feito de conscientização e luta por uma escola e sociedade livre de posturas preconceituosas e excludentes. Ademais, faz com que grande parte dos profissionais que atuam na escola, conservem a ideia de que situações de exclusão não acontecem com frequência dentro de seus limites e sob sua responsabilidade. Este equívoco está ancorado, especialmente, na falta de coragem e motivação dos alunos para falarem do que percebem na escola, o que ocorre por vezes pela falta de perceberem com clareza quais são os meios e indivíduos que possam auxiliá-los nesses momentos.

A partir do silêncio dos alunos a escola também se silencia. Às vezes por não acreditar na necessidade da fala, já que os casos de discriminação não aparecem claramente, embora sejam extremamente frequentes. Às vezes por não fazer questão de evidenciar esses temas em meio aos conteúdos escolares presentes nos currículos.

Quando perguntados se assuntos relacionados aos tipos de exclusão tratados na pesquisa (étnico-racial; gênero e econômico) são abordados nas escolas e que tipo de trabalho é feito, percebemos que embora seja possível perceber algumas diferenças entre os discursos dos alunos das escolas públicas e das escolas da rede privada, muitas situações são descritas da mesma maneira e percebidas da mesma forma. A tendência

geral apresentada nas falas foi a de considerar os eventos e momentos que tratam desses temas insuficientes e pouco expressivos. No entanto, os alunos de escolas particulares mencionaram algumas atividades e aulas que abordam os temas relacionados a exclusão, enquanto que os alunos das escolas públicas disseram que momentos e atividades com esses temas quase nunca acontecem em suas atividades escolares. Na concepção de Matheus que é aluno do Ensino Médio de uma escola pública:

É como se a escola colocasse uma máscara, “não estou vendo isso, isso não acontece”, sendo que acontece sim, acontece muito. (Matheus, Ensino Médio. Escola Pública).

A Aluna Mariana diz que eventos ou momentos para tratar da exclusão dentro da escola não acontecem. Em suas palavras, esses momentos “*não existem, nunca teve*”. (Mariana. Ensino Médio. Escola Pública).

Outro aluno diz que “

Quando aconteceu foi iniciativa do professor na aula e não da escola e outra coisa, tipo, como são apresentações da consciência negra, acho que é mais por convenção de data do que realmente o que tem que ser estudado. (Felipe, Ensino Médio, Escola Pública).

Muitos alunos das escolas públicas disseram que a escola não promove momentos que abordam os temas da diversidade e de exclusão, enquanto outros disseram que às vezes o tema da exclusão étnico-racial, com enfoque nas questões que envolvem os negros, era tratado em algumas aulas ou na execução de algum trabalho escolar demandado por professores.

Uma aluna da rede pública de ensino diz que não tem recordação de ter participado de atividades sobre exclusão na escola, como pode ser percebido na fala a seguir: “*Não me lembro se participei, acho que não*”. (Amanda. Ensino Médio. Escola Pública).

Nesse caso, a ausência de lembrança indica que de fato não houve momentos em que a escola tratou do tema envolvendo seus alunos ou que esses momentos existiram, mas não foram eficientes no sentido de gerar reflexão e atenção por parte dos alunos com os temas tratados. De toda forma, a percepção de que a escola não aborda de forma satisfatória o tema das diversidades e da exclusão em suas mais diversas formas foi bastante nítida entre os entrevistados. Com exceção do tema da exclusão racial que foi

lembrado por alguns grupos participantes. O que não significa que seja um trabalho suficiente e satisfatório para diminuir ou eliminar as posturas preconceituosas em relação aos alunos negros.

Por exemplo, projeto consciência negra, em aula sempre surge o assunto, pode não ser diretamente, mas indiretamente surge, fazemos trabalhos também sobre. Tipo assim, falar de pessoas que sofreram por causa de cor de pele. (Arthur. Ensino Médio. Escola Pública).

Entre os alunos das escolas privadas foi mais recorrente a fala de que os temas relacionados à diversidade e à exclusão eram presentes em suas práticas escolares. No entanto, essas atividades eram descritas como sendo parte das aulas de alguns professores que as desenvolviam por interesse próprio, não institucionalizado, e não por uma orientação ou evento organizado pela escola.

Além disso, na concepção dos alunos a escola não trata o tema da diversidade e exclusão da forma como deveria tratar, dando espaço e permitindo a discussão de assuntos relacionados a alguns grupos excluídos e dificultando a discussão de assuntos relacionados a outros, por considerarem temas polêmicos e difíceis para a escola. Ainda sobre a atuação dos professores na abordagem dos temas, os alunos percebem que alguns preferem não emitir opinião sobre as diversidades com receio de ofender algum aluno ou mesmo contradizer os valores e o que é moralmente desejável pela instituição. Estas ideias podem ser percebidas na fala abaixo:

A escola promove, por exemplo, trabalhos sobre respeito, mas não pode ter um homossexual. É respeito para algumas partes. (Peter. Ensino Médio. Escola particular).

Ao que parece, dentro da escola os temas da exclusão são tratados de forma desproporcional. Enquanto alguns aparecem com mais frequência, como o tema da desigualdade econômica e étnico-racial, outros, como o tema da homossexualidade e de gênero, envolvendo as desigualdades em relação às mulheres, não encontram espaço nas atividades escolares. Os alunos atribuem a isso, o fato de serem temas que envolvem questões polêmicas e por essa razão, evitados pelos docentes.

Em algumas aulas temos esses assuntos, mas professor não gosta de dar opinião porque pode ofender algum aluno. (Mariana. Ensino Médio. Escola Particular).

A pesquisa apresentou de forma muito clara a existência de preconceitos e de discriminação dentro das escolas pesquisadas. Mostrou também que, ao menos em parte, essa situação tem a ver com os processos que ocorrem de silenciamento e omissão por parte dos alunos que não tornam os fatos conhecidos de professores e gestores. Às vezes também pela falta de clareza nas situações e pelas falas discriminatórias metamorfoseadas de brincadeiras. Nas escolas tem sido comum o uso de falas preconceituosas em relação aos indivíduos negros, ou de condição socioeconômica desfavorecida, ou homossexuais, sob a alegação da brincadeira.

Sempre tem preconceito, geralmente é muito velado, é em tom de brincadeira ou em tom de “tô zuando com você e tudo”, sempre tem. Eu acho que numa brincadeira sempre tem um fundo de verdade. (Amanda, Ensino Médio. Rede Privada)

A chamada “fala em tom de brincadeira” é vista como algo normal por muitos deles, sobretudo por aqueles que não se enquadram em nenhuma das categorias que comumente são discriminadas socialmente. Embora muitos jovens não concordem com elas, como é o caso da aluna apresentado acima, e as condenem independente da situação, outras dizem que os próprios jovens sabem quando as falas possuem conotação preconceituosa e quando não possuem. Dizem ainda que a aceitação delas ou não, parte da proximidade e intimidade dos envolvidos na situação em que essas falas aparecem. Entretanto, a entrevistada Amanda diz que essas situações não podem ser apenas uma brincadeira se quando a pessoa que sofreu a chamada brincadeira se refere a ela “*com os lábios trêmulos e com os olhos cheios de lágrimas*”, se referindo a uma situação que ela presenciou em sua escola.

Embora as opiniões não sejam consensuais, a maior parte dos jovens acredita que as “brincadeiras” que envolvam questões de gênero, étnico-raciais e econômicas, não são brincadeiras e portanto devem ser evitadas. A questão aqui apresentada é complexa porque as relações sociais podem se apresentar abstrusas e o que para um indivíduo pode parecer, de fato, apenas uma brincadeira e não causar nenhum tipo de desconforto, para outro pode não ser assim. Ademais, o indivíduo de maior legitimidade para falar sobre os efeitos dessas “brincadeiras” não é quem faz a brincadeira, mas sim quem é o alvo dela, e isso nem sempre ocorre com facilidade.

De forma ainda mais implícita, segundo os jovens que fizeram parte da pesquisa, existem manifestações de preconceito involuntárias por parte de quem pratica e até mesmo manifestações que sequer são percebidas por todos. Essas seriam manifestações que fazem parte de comportamentos preconceituosos que foram naturalizados e passam a receber menor atenção no dia a dia escolar.

O preconceito é muito mascarado, a gente percebe nas coisinhas pequenas, que às vezes passam muito despercebidas. Eu acho que até as pessoas que sofrem com isso muitas das vezes não percebem que elas estão sofrendo por isso, às vezes se acostumou. (Vinicius, aluno do Ensino Médio. Escola Particular).

O preconceito existe e se apresenta de diversas formas no ambiente escolar. Quanto a isso, não há discordância entre os jovens. Essa realidade muito colabora para que os jovens marginalizados sejam prejudicados em sua trajetória educacional. O desempenho escolar e as relações sociais desses indivíduos são afetadas, seja por não receber um convite de nenhum outro aluno para participar de um trabalho em grupo ou para momentos com os amigos fora da escola; seja por não se sentir confiante para falar em sala de aula frente aos colegas que o rejeitam; por não ter coragem de fazer uma pergunta ao professor ou mesmo se aproximar de alguém em sua classe. Diante disso, os profissionais da escola encontram um problema de difícil solução, mas que precisa ser resolvido. Dessa forma, percebemos que a razão de um desempenho escolar abaixo do esperado pode estar relacionado a uma questão muito mais séria do que o desempenho acadêmico em si mesmo, que é a marginalização de jovens dentro das escolas.

Ainda que todos os profissionais da escola tenham responsabilidade de atuar junto a esse problema, entendemos que o coordenador pedagógico é um profissional estratégico nesse sentido. A começar pelo fato de que ele é o profissional que consegue estabelecer um elo entre todas as áreas da escola que são responsáveis pela formação de seus alunos. Dessa forma, espera-se que o coordenador pedagógico, juntamente com sua equipe, desenvolva estratégias para que os alunos sejam encorajados a falarem sobre a discriminação, a prezarem pela igualdade, respeito e tolerância com o diferente, seja ele de que tipo for.

A escola deve ser vista pelos alunos como o lugar da diversidade, do respeito, de relações sociais saudáveis e coerentes com os valores que fundamentam o trabalho feito

naquele lugar. Para tanto, acreditamos que o primeiro passo é uma aproximação dos gestores educacionais e professores com seus alunos. Em todas as realidades pesquisadas nesse estudo (as quatro escolas da cidade), esteve presente a ideia que a escola poderia ser mais atenta a estas questões tratadas aqui e atuar de forma mais efetiva e pontual em casos concretos. Os alunos percebem que faltam canais e pessoas que facilitem o falar sobre a diversidade e das exclusões que ocorrem por não a aceitarem. Para os alunos, por isso, cada escola poderia tentar criar projetos, adequar seus projetos pedagógicos a esta causa, ou até mesmo criar departamentos ou eleger pessoas para trabalharem com esses temas e avaliar a escola nesse aspecto.

Por tudo que foi exposto, entende-se que o pedagogo/coordenador pedagógico é uma figura central nas pretensões de melhoramento do ambiente escolar em direção à igualdade entre as pessoas que fazem parte dela. A formação acadêmica com atenção às questões das desigualdades e o contato com as questões da exclusão é um primeiro e importante passo que deve ser dado no sentido de reduzir as relações de exclusão no ambiente escolar. Esse esforço deve ser completado com pesquisas e observações constantes nas escolas em que atuam e com o desenvolvimento de projetos e ações que colaborem para trazer os temas das diversidades para a escola e resolver as posturas sociais inadequadas de alguns indivíduos em fase de formação escolar e cidadã.

A postura atenta por parte dos(as) gestores(as) escolares é fundamental para a redução das desigualdades simbólicas entre os jovens que compõem as escolas que estão sob a responsabilidade desses(as) profissionais(as). Mesmo que professores(as), diretores(as) e demais funcionários(as) tenham grandes responsabilidades nesse sentido também, os(as) pedagogos(as) que desempenham papéis de coordenadores escolares, devem assumir maiores responsabilidades pelas razões apontadas anteriormente.

Considerações Finais

Para finalizar, alguns apontamentos nos parecem bastante claros. Primeiro que de fato, a discriminação e a exclusão de alguns grupos de indivíduos são frequentes nos contextos escolares. A realidade do município de Itaúna repete e confirma o que tem sido observado em outros contextos nacionais. Além disso, percebemos em nossas observações e análises que esse cenário tem relação direta com a forma como as escolas tratam o tema da diversidade e como atuam frente a casos concretos de discriminação em suas realidades.

Parece haver diferença no que se refere à abordagem dos temas relacionados à diversidade e exclusão nos ambientes educacionais públicos e privados. Foi possível detectar que as escolas privadas, apesar de manterem o foco principal de suas ações pedagógicas na preparação técnica para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e vestibulares, ainda assim dedicam maior espaço e tempo para discutir questões relacionadas às ações discriminatórias dentro de seus espaços.

No entanto, embora seja possível falar em diferenças na abordagem sobre exclusão nas redes públicas e privadas, tendo por referência as escolas analisadas, os efeitos produzidos pelos trabalhos desenvolvidos parecem ser bastante semelhantes. Mesmo com uma aparente preocupação maior e maior esforço para a execução de trabalhos sobre o tema nas escolas particulares, não percebemos diferenças significativas na forma como os alunos percebem a relação escola e exclusões sociais. A tendência percebida nas falas dos entrevistados foi de uma sensação de que as escolas poderiam lidar melhor e de forma mais efetiva com as questões que envolvem os diferentes tipos de discriminação. Essa situação pode estar relacionada a vários fatores, como por exemplo, a abordagem feita pelas escolas não serem as mais adequadas, tratando de apenas alguns tipos de diversidades e de forma bastante protocolar ou pouco sistematizada. Sendo essa nossa principal suspeita, novos estudos devem ser realizados para entender se a quantidade de momentos em que os temas das diversidades e exclusões são tratados nas escolas, importam menos do que a forma como esses momentos são pensados e realizados.

Por fim, existe uma tendência a omissão e ao silêncio frente aos casos de discriminação nas escolas que deve ser revertido. Essa mudança passa pela valorização da atenção às diversidades nos contextos formativos e profissionais dos(as) profissionais da educação que devem reeducar seus olhares para verem de forma diferente os(as) alunos(as) e as escolas.

Referências

ARROYO, Miguel G. Os coletivos repolitizam a formação. In: In: DINIZ, Emílio, Júlio; PEREIRA, Geraldo Leão. **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

ESCOBAR, Tatiana Pires; BONETTI, Lindomar Wessler. Mecanismos de exclusão social no sistema escolar. **IX Congresso Nacional de Educação. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUC/Paraná, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e formação continuada de professores (as) da Educação Básica: desafios enfrentados pelo programa Ações Afirmativas na UFMG. In: DINIZ, Emílio, Júlio; PEREIRA, Geraldo Leão. **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GOMES, Nila Lino. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília. Ministério da Educação, 2005.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentido e formas de uso**. Cascais: Princípia, 2008.

LAGES, Tatiane Ávila. Exclusão escolar e Gênero: Contribuições do conceito de capital cultural de Bourdieu. (artigo disponível na internet). **Revista Espaço Pedagógico**. v. 16. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAZZON, José Afonso. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, de necessidades especiais e socioeconômica**. São Paulo: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 03/05/2018.

MINAYO, Maria Cecília e Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias de pesquisa em ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MOURA, Glória. O direito a diferença. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília. Ministério da Educação, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2012.

PEREIRA, Júlio Emilio Diniz; LEAO, Geraldo. **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2008.

POPE C, MAYS N. 3ª ed. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed; 2009.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. ALMEIDA, Laurinda, Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza

(org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 2003.

Recebido em setembro de 2022.
Aprovado em abril de 2023.